

Depois da recessão, o “reaquecimento”

O governo Figueiredo completa seu terceiro aniversário amargando os efeitos da recessão, que abalaram a aparente saúde econômica dos dois primeiros anos e provocaram um alto custo social. No início deste ano o governo começou a acenar com o “reaquecimento” econômico.

A inflação chegou, em

março do ano passado, à taxa recorde de 121,2%, mas caiu em dezembro para 95,2%. Na sua terminologia característica, os economistas saudaram essa passagem “de três para dois dígitos”.

A agricultura, erigida em prioridade do governo Figueiredo, também pagaria seu preço. As restrições econômi-

cas, predominantes nos últimos três anos, comprometeram o financiamento de investimentos. A meta de expansão de área plantada de 12.260 mil hectares ficou preferencialmente na teoria, embora devesse atender à demanda interna e à exportação de arroz, feijão, milho, soja e trigo.

A recessão também lan-

çou seus negativos efeitos sobre a área energética, atingindo profundamente o setor industrial. Passou-se da previsão de um racionamento no Sudeste, se Itaipu não entrasse em operação no prazo previsto, para uma sobra de 1,5 milhões de quilowatts por falta de mercado. O déficit operacional foi superior a 20 bilhões de cruzeiros.

A operação comercial da usina atômica de Angra I sofreu nada menos de quatro adiamentos, por atraso nas instalações e, mais recentemente, por problemas de segurança e falta de mercado. Apesar de continuar apoian- do firmemente o programa nuclear, o governo Figueiredo permitiu uma pequena abertura política em relação

ao assunto. O principal opositor do programa, o cientista José Goldemberg, foi convidado pelo chefe da Casa Militar do Planalto a elaborar um estudo de avaliação do acordo com a Alemanha, no qual é proposta sua renegociação. (O texto desta página é dos repórteres Milano Lopes e Jorge Rosa, da sucursal de Brasília.)

